

Rebelião do Congresso deixa governo inquieto

O Governo prepara-se para atravessar esta semana o seu Rubicão, expressão usada por seus coordenadores políticos, que esperam preservar as linhas mestras do Plano de Estabilização, sob fogo cerrado dos seus parceiros no chamado entendimento nacional e do Congresso Nacional. O Parlamento é avaliado no Palácio do Planalto, na última semana desta Legislatura, como incontrolável — ou os mais de 60% de deputados e senadores que não estarão no Legislativo a partir de fevereiro desestimularam o Governo a qualquer negociação de emergência com os atuais parlamentares. Amanhã, na reunião do pacto, o Governo dará sua resposta às propostas feitas em conjunto por lideranças empresariais e de trabalhadores. “Não deverá satisfazê-los”, prevê o deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, que manteve, nos últimos dias, vários contactos com as áreas econômica e política do Governo.

Na terça-feira, à tarde, os líderes de todos os partidos reúnem-se na Câmara. O Planalto tem consciência de que será definida uma proposta de política salarial contrária a seus interesses. “São duas perspectivas distintas e, no momento, inconciliáveis — uma prioriza o combate à inflação com todos os sacrifícios necessários; a outra deseja amenizá-los, dando uma sobrevida à inflação”, diagnostica Ricardo Fiúza. O deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, retruca: “Não queremos o fracasso do Plano de Es-



Fiúza prevê semana difícil

tabilização, mas é evidente que ele necessita de ajustes. O Governo tem de ser mais humilde — não pode considerar esse plano uma verdade absoluta”.

Mas não é só com a política salarial que o Governo está preocupado. Amanhã, o Senado votará o projeto que trata do limite de endividamento dos estados e dos municípios. Na semana passada, as lideranças parlamentares, o Banco Central e os secretários de Fazenda dos estados finalmente chega-

ram a um acordo em torno de uma proposta comum. O Governo de São Paulo não gostou dos termos do entendimento e ainda pode tentar modificá-lo nas próximas horas.

Um problema a menos para o Governo: o projeto que define como crime de usura a cobrança de juros anuais superiores a 12% reais, cuja votação vem sendo obstruída pelo PFL, foi deslocado para o final da pauta. Avaliação unânime das lideranças partidárias: ele não será votado.

A questão principal para o Governo é evitar a implosão do entendimento nacional: mesmo sem atender às principais reivindicações dos empresários e trabalhadores, o governo quer continuar negociando. Politicamente, o Planalto considera ruim que as lideranças sindicais dos patrões e dos empregados troquem de interlocutor, substituindo o governo pelo Congresso Nacional. Os dois setores têm forte pressão junto aos parlamentares, mesmo os que são considerados leais ao Governo.

Ricardo Fiúza reconhece — “será uma semana difícil, mas também a última” — e anuncia novos tempos: com o Congresso em recesso, o Governo vai se dedicar, com calma e tranquilidade, a armar uma sólida e estável base política. O problema, ressalva Fiúza, é atravessar esta semana com o menor desgaste político possível e sem comprometer o Plano de Estabilização Econômica.